

AO JUÍZO DE DIREITO DA VARA DE FAMÍLIA DE XXXXXXXX

FULANA DE TAL, brasileira, ex-convivente em união estável, Diarista, filha de **FULANO DE TAL** e **FULANA DE TAL**, RG nº XXXX e CPF nº XXXXX, residente e domiciliada na CLN XXX, bloco X, Sala XXX, XXXX, XXX, CEP nº XXXX, telefone nº (XX) XXX, e-mail: XXXX@gmail.com; vêm, perante Vossa Excelência, sob o patrocínio da **DEFENSORIA PÚBLICA DO XXXXX** (Constituição Federal e Lei nº 1.060/1950), por serem hipossuficientes, com fulcro nos artigos 1.723 e seguintes do Código Civil Brasileiro, ajuizar a presente ação de

<p style="text-align: center;">RECONHECIMENTO E DISSOLUÇÃO DE UNIÃO ESTÁVEL <i>POST MORTEM</i></p>
--

Em razão do falecimento de **Fulano de tal**, falecido em xxxxxx, certidão de óbito anexa, **que era xxx, convivente com a 1ª requerente, aposentado, RG xxxxx e CPF nº xxxx, filho de fulano de tal e fulana de tal, residente e domiciliado na CLN XX, bloco X, Sala XX, XXX, XXX, CEP nº XXXX**

em desfavor de:

- **FULANO DE TAL**, maior, nascido em XXXXX, XXX, casado, Autônomo, RG nº XXXX e CPF nº XXXX, filho de **FULANO DE TAL** e **FULANA DE TAL**, **residente e domiciliado na XXXXXX, XX, XXXX**

- **XXX, CEP nº XXX, telefone nº +X(XX)XXXX, comprovante de residência anexo**, e-mail: XXXXXXXXXX@gmail.com;

- **FULANO DE TAL**, maior, nascido em XXXX, XXX, solteiro, desempregado, RG nº XXXX, CPF nº XXXX, filho de **FULANO DE TAL** e **FULANA DE TAL**, residente e domiciliado na XXX XX, bloco X Sala XXX, XXX, XXX, CEP nº XXX, telefone nº (XX) XXXXX e

- **FULANO DE TAL**, menor impúbere, nascido em XXXXXX, com 11 (onze) anos de idade, brasileiro, solteiro, estudante, CPF nº XXXX, filho de **FULANO DE TAL** e **FULANA DE TAL**, acima qualificada, residente e domiciliado na CLN XXX, bloco X Sala XX, XXXX, XXXX, CEP nº XXX, telefone nº (XX) XXXXX, **pelas razões de fato e de direito a seguir aduzidas:**

I - DOS FATOS

A requerente conviveu com o *De Cujus* **FULANO DE TAL**, **por XXX anos, desde o ano de XXXX até a data do seu óbito em XXXXX**, conforme declaração do irmão do *de cujus* **FULANO DE TAL**, anexa.

A requerente e o *de cujus* sempre tiveram residência no mesmo domicílio, conforme comprovantes de residência anexos, com iguais propósitos de desígnios, apresentando-se à sociedade como se casados fossem, constituíram família, de cuja união adveio os nascimentos do 2º e 3º requeridos, acima qualificados, conforme certidões de nascimentos anexas.

Referida situação fática em vida do companheiro atesta sobejamente os vínculos de união pública com a requerente, notória e com ânimo de formação de família, de forma ininterrupta, com iguais propósitos e desígnios demonstrados, requisitos básicos para

o reconhecimento da união, conforme atestam a **filiação comum do casal**, a **declaração de xxxxxxxx, irmão do De Cujos**, anexa.

Os **vídeos anexos**, que retratam a convivência da 1ª requerente com o *De Cujus*, ao longo dos 22 anos de convivência conjugal, até o seu leito de morte, as **declarações de xxxx do De Cujus dos anos xxxx e xxxx, que consta os requeridos como seus dependentes**, o que poderá também ser atestado pelas testemunhas abaixo arroladas, caso Vª. Exª julgue necessária a oitiva.

II - DOS FILHOS

Na constância da união estável, o casal teve 2 (dois) filhos, 2º e 3º requeridos, acima qualificados, certidões de nascimento anexas.

III - DOS BENS

Na constância da união estável o casal adquiriu um único bem partilhável, constituído de um CAMINHÃO MERCEDEZ BENZ, código RENAVAL n.º 00122559274, placa KBM-7750 GO, ano/modelo 1992, chassi 9BM688123NB963227, adquirido no ano de 2013, na constância da sociedade conjugal, que será objeto de abertura do inventário pelos legítimos herdeiros e meeira, ora requerente.

IV - DAS DÍVIDAS

O *De Cujus* não deixou dívidas a serem partilhadas.

V - DO DIREITO

A união estável está garantida pela Constituição Federal, *in verbis*:

Art. 226, “A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado.”

“§3º: Para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento.”

O artigo 1723 do Código Civil assim dispõe:

“É reconhecida como entidade familiar a união estável entre o homem e a mulher, configurada na convivência pública, contínua e duradoura e estabelecida com o objetivo de constituição de família.”

No caso em espécie, pode-se constatar claramente que a intenção da requerente e a do *De cujus* era a de constituir família, coabitar o mesmo teto. Publicamente apareciam como se casados fossem, adquiriram filiação e patrimônio comum, sempre residiram sob o mesmo teto, conforme comprovantes de residências anexos, idênticos aos endereços declarados nas declarações de IRRF do *De Cujus*, anexas, sendo o último endereço do *De Cujus* o informado na certidão de óbito, coincidente com o atual endereço da 1ª requerente, provas fáticas e incontestes da convivência do casal até o óbito do companheiro.

Portanto, a pretensão da requerente resta plenamente justificada, merecendo, por isso, ser devidamente acolhida, eis que presentes os pressupostos que evidenciam não só a relação *more uxório*, como a de caráter social e familiar entre a requerente e o *De cujus*, e, também, por possuírem interesse jurídico na declaração do reconhecimento e dissolução da união estável, havida entre o *De*

cujus e a Requerente.

VI - DOS PEDIDOS

Diante do exposto, requerem:

- a) Os benefícios da justiça gratuita, em razão da condição de hipossuficiência dos Requerentes;
- b) a intimação do ilustre representante do Ministério Público;
- c) A designação de audiência de conciliação/mediação, nos termos do art. 319, VII do CPC, inclusive, por meio telepresencial, e, caso não haja acordo, a citação dos Réus para apresentar defesa no prazo legal, sob pena de revelia;
- d) Que seja nomeado curador especial para o 3º requerido; nos termos do art 72 do CPC
- e) a procedência do pedido, para o fim de reconhecimento e dissolução da união estável *post mortem*, havida entre a 1ª requerente e o *De Cujus* Fulano de tal, proposto pelos Requerentes, acima qualificados, **declarando-se que a união teve início no ano de 1998 e findou-se na data do óbito do companheiro, em xxxxxxxx;**
- f) a condenação do Requerido ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios a serem revertidos em favor do Fundo de Apoio e Aparentamento da Defensoria Pública do Distrito

Federal - PRODEF - (art. 3º, da Lei Complementar Distrital nº 908/2016), que deverão ser depositados no Banco de Brasília S.A. - BRB, Código do banco 070, Agência 100, conta 013251-7, PRODEF.

Protestam por provar o alegado por todos os meios de prova em direito admitidos, pelo documental e testemunhal.

Dá-se à causa o valor de R\$ xxx (xxxxxxxxxxx).

Nestes termos, pedem deferimento.

x

Requerente

Colaborador xxxxxx

Defensor(a) Público(a) do xxxxxxxx